



TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DO COVID-19: NÃO PARAMOS!

Fabio Antunes Brun de Campos
Docente da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso
E-mail: fabio.antunes.campos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7614-392X>

Modalidade: Comunicação oral.

Resumo:

O artigo busca relatar algumas experiências de trabalho docente de um professor de Matemática da rede pública de Educação de Mato Grosso, realizadas durante o primeiro semestre de 2021, na iminência da pandemia da COVID-19, quando as vacinas contra a doença provocada pelo vírus, ainda não tinham sido administradas nos docentes, muito menos nos demais brasileiros da cidade ou Estado. O professor relator é o autor deste trabalho, docente da Escola Estadual Professor João Batista, na cidade de Tangará da Serra – MT, e atuou no primeiro semestre de 2021, ministrando aulas de Matemática nessa instituição. O artigo, segue o método de Estudo de Caso e como instrumento de produção de dados são utilizadas imagens. Com isso, espera-se alinhar o discurso docente, durante e pós pandemia de que: não paramos de trabalhar e fortalecer a identidade docente em meio aos desafios e embates políticos e sociais que a classe enfrenta.

Palavras-chave: Trabalho Docente; Pandemia; Ensino Remoto; Profissão Docente; Escola.

1. Introdução

Este artigo surge em decorrência de uma consulta médica realizada pelo professor/autor, em uma unidade pública de saúde, na cidade de Tangará da Serra – MT, na qual, o autor, testou positivo para a COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, também conhecida como Coronavírus ou Novo Coronavírus (AQUINO et. al. 2020, LIMA; SILVA, 2020, SOARES; COLARES, 2020). Nesta consulta, o médico manifesta a sua indignação para o paciente sobre os professores não estarem trabalhando e sugere que eles voltem imediatamente ao trabalho. Por outro lado, o professor, introduz um discurso que talvez deva ser o discurso dos professores na retomada das aulas presenciais: não paramos!

O debate entre médico e paciente inicia com o médico perguntando ao paciente sobre sua profissão. Ao saber que este era professor, declara: tenho recebido diversos professores aqui no hospital testando positivo para a COVID – 19, mesmo não dando aula, eles estão pegando a doença. Para mim, eles têm é que voltar logo para a sala de aula. Então, o professor responde: primeiro, não paramos de trabalhar! Os professores podem naturalmente estarem se infectando

com a doença ao corrigirem as apostilas; que são entregues aos alunos para serem resolvidas em casa e devolvidas para os professores corrigirem. Então, o médico reflete alguns segundos sobre a proposição, mas sugere que: os professores podem fazer como a gente (os médicos) que não parou, usar máscaras, manter distância, seguir os protocolos de segurança e voltar a trabalhar. Então, o professor declara: ainda que trabalhássemos em sala de aula, com um número de 50% de alunos, o risco que correríamos de pegar a doença, sem a imunização de vacinas, seria muito alto, pois temos turmas com 30, 40 e até 45 alunos. Por fim, ele entrega um atestado médico de 7 (sete) dias para o professor e diz: agora pode continuar curtindo a piscina. O paciente/professor ironicamente finaliza: sim com certeza!

Corroborando com a ideia de que o trabalho docente foi paralisado durante a pandemia, a imprensa local, destacava em seus noticiários que as escolas estavam fechadas. - “Estamos falando de um ano e meio de escolas fechadas” (PORTO, apud ANJOS, 2021, p. 1). Porém, as escolas não ficaram com as portas fechadas em todo esse tempo de pandemia, nem as atividades docente pararam, apenas as atividades presenciais, com alunos e professores em sala de aula é que foram suspensas enquanto os casos da doença não diminuía, as vacinas não surgissem e/ou fossem administradas na população, e também, para que a escola não se tornasse um foco de disseminação do vírus.

Com base na visão desse médico e nas notícias que circulavam pelas mídias, a visão da sociedade sobre a profissão docente, que já não era boa (HYPOLITO, 1999), se tornou ainda pior com a pandemia. Ambos os discursos dão a ideia de que o trabalho docente na pandemia da COVID-19 foi paralisado, que os professores estavam de folga em suas casas, que não se preocuparam com a sociedade e suas necessidades capitalistas, e ainda, que só é possível fazer Educação em sala de aula.

Assim, o objetivo deste artigo é relatar as experiências de trabalho de um professor de Matemática, realizadas durante a pandemia da COVID-19, na Escola Estadual Prof. João Batista (Escola JB), na cidade de Tangará da Serra – MT, como exemplo de que o trabalho docente em Mato Grosso, durante a pandemia, não parou. Com isso, espera-se alinhar o discurso entre os docentes, de que: não paramos de trabalhar e fortalecer a identidade docente em meio aos desafios e embates políticos e sociais que a classe vem enfrentando.

2. Pandemia, educação e trabalho docente no Estado de Mato Grosso

No início de 2020 a população mundial iniciou uma batalha contra um inimigo invisível a olho nu; o vírus do COVID-19. Na tentativa de conter a propagação desse vírus, que pode ser transmitido através do contato físico entre pessoas, regulamentou-se o distanciamento social que foi uma das medidas mais importantes de combate ao contágio e disseminação da doença causada pelo vírus, segundo as organizações mundiais de saúde (AQUINO et. al. 2020, SOARES; COLARES, 2020). Comércio, igrejas e escolas foram fechados temporariamente, aglomerações de pessoas foram proibidas, o distanciamento social regulamentado e o isolamento de pessoas infectadas foram adotados para conter a propagação do vírus e combater as mortes provocadas por esse inimigo invisível.

Com a iminência da Covid-19 no Brasil, outras batalhas surgiram em contexto nacional. Batalhas em relação ao cumprimento, ou não, dos regulamentos de distanciamento social, de *fake news* (notícias falsas) disseminadas nas redes sociais sobre a cura, tratamento e origem desse vírus, referentes a retomada das atividades profissionais presenciais em meio a pandemia, além das econômicas e políticas envolvendo o presidente da república Jair Messias Bolsonaro, que sempre mostrou-se contra as medidas de distanciamento social epositor as medidas de controle e combate à doença no país (KORAN; NICODEMOS, 2021, SOARES; COLARES, 2020, MIARKA; MALTEMPI, 2020).

Koran e Nicodemos (2021) comentam que

A pandemia do covid-19 nas mãos do atual governo tem sido apenas uma oportunidade de aprofundar suas políticas da morte, uma necropolítica (MBEMBE, 2018) que violenta, exclui e mata: desde o início minimiza os efeitos e a letalidade do vírus, cria medidas legais para proteger economicamente bancos e grandes empresas, e não para proteger e dar segurança econômica e social aos trabalhadores formais, informais e desempregados, incentiva e participa de manifestações pelo fim do isolamento social, e mais tantos outros atos absurdos que nos levaram em sete meses a terrível contagem de mais de 5 milhões de adoecidos e quase 150 mil mortos. (KORAN; NICODEMOS, 2021, p. 3-4)

Embora todas essas batalhas possam ser alvo de estudos e discussões em contexto educacional com alunos e em Educação como um todo, conforme indicam Lima e Silva (2020) e Koran e Nicodemos (2021), neste artigo, iremos nos ater apenas as discussões referentes ao trabalho docente realizado pelos profissionais da educação na pandêmica.

Com a Portaria n. 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, a educação passa a trilhar novos rumos. As formas de Educação pública que antes se faziam prioritariamente na modalidade presencial, foram substituídas por

aulas de forma remota, embora professores, gestores, alunos, comunidade e nem mesmo as Secretarias Municipais, Estaduais ou Federais de Educação pública do Brasil estivessem preparadas para adentrar nessa modalidade de Educação (COSTA; SOUZA, 2020).

Miarka e Maltempi (2020) comentam, que

Os efeitos de tudo isso nos estudantes, professores e pesquisadores, têm sido os mais diversos. Para alguns, o isolamento parece ter facilitado uma reflexão sobre o ritmo de trabalho nas instituições de ensino e de pesquisa e sobre o que tem sido produzido. Para outros, acarretou a produção frenética de ações para enfrentar os desafios de uma mudança repentina. (MIARKA; MALTEMPI, 2020, p. iv)

No estado de Mato Grosso, a partir do dia 13 de abril, deu-se início as atividades não presenciais, no modelo de Ensino Remoto (MATO GROSSO, 2020). As aulas presenciais das escolas públicas de Educação Básica desse Estado foram substituídas por aulas remotas onde os alunos poderiam realizar as atividades escolares por apostilas de sua casa e entregar de forma *online* ou presencialmente nas escolas.

Com a continuidade das atividades escolares em Ensino Remoto, os professores da rede estadual pública de Educação de Mato Grosso, continuaram a realizar trabalho docente. Mesmo que esta decisão, por vezes, contrariasse as suas concepções de educação, formação acadêmica e identidade docente.

3. Aspectos Metodológicos

Para a produção e análise dos dados foi utilizada a abordagem qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveria (2009, p.32) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

O artigo segue o método de Estudo de Caso defendido por Robert K. Yin, “que define o estudo de caso como uma pesquisa empírica, que investiga fenômenos contemporâneos dentro de um contexto de vida real” (ANDRADE, et. al 2017). Busca relatar algumas das experiências de trabalho docente realizadas pelo professor/autor deste artigo, na Escola Estadual Professor João Batista, na cidade de Tangará da Serra – MT durante o primeiro semestre de 2021, ao ministrar aulas de Matemática nessa instituição. E como instrumentos de análise dos dados foram utilizadas imagens das atividades de trabalho docente produzido pelo professor.

4. Evidenciando o trabalho docente

O trabalho docente no primeiro semestre de 2021, na Escola Estadual Prof. João Batista (Escola JB), foi marcado por atividades presenciais e *online*. A regência¹ passou a ser realizada de forma *online* e o tempo para o planejamento, produção e execução das aulas, por vezes, se tornaram insuficientes para atender a nova modalidade de Ensino Remoto. Além disso, as mudanças que essa modalidade de ensino trouxe, colocaram os professores em outras atividades na escola, como na entrega e recebimento das apostilas e na entrega de sacolões alimentícios. Assim, as horas de regência e horas-atividades² foram cumpridas na escola, os professores realizaram regências de forma *online* e muitos realizaram trabalho além das suas atribuições no intuito de colaborar com a escola, com a comunidade escolar e para atender as novas demandas emergidas com a pandemia e pelo Ensino Remoto.

Ao refletirmos sobre o tempo de regência e horas-atividades que os professores do Estado de Mato Grosso possuem para realizarem seu trabalho, podemos imaginar que a carga horária destinada para essa atividade é grandiosa e que principalmente no período de pandemia, os professores ficaram ociosos nas escolas. Mas, visto que as atividades de regência de forma *online* exigiam dos professores, habilidades com recursos tecnológicos digitais, planejamento, produção e exposição de vídeos-aulas, atendimento aos alunos e pais de forma *online*, com a criação das apostilas como um recursos didático pelos quais os alunos deveriam se orientar e estudar de forma mais individualizada e com a pressão que muitos sentiram em realizar um bom trabalho de vídeo e de apostilas, o tempo de regência e horas-atividades, ao invés de tempo de sobra e de ociosidade, foram na verdade, um curto período de tempo para a execução de todas essas tarefas.

Para a execução da regência na modalidade Remota, a escola criou um horário *online* para que alunos e professores se encontrarem de forma síncrona (com a interação entre alunos e professor em tempo real) pelo Google *Meet* e/ou WhatsApp durante a semana. Esse horário de regência *online* correspondia à duas horas semanais e ocorriam dentro da carga horária de trabalho do professor (horário de regência ou horas-atividades).

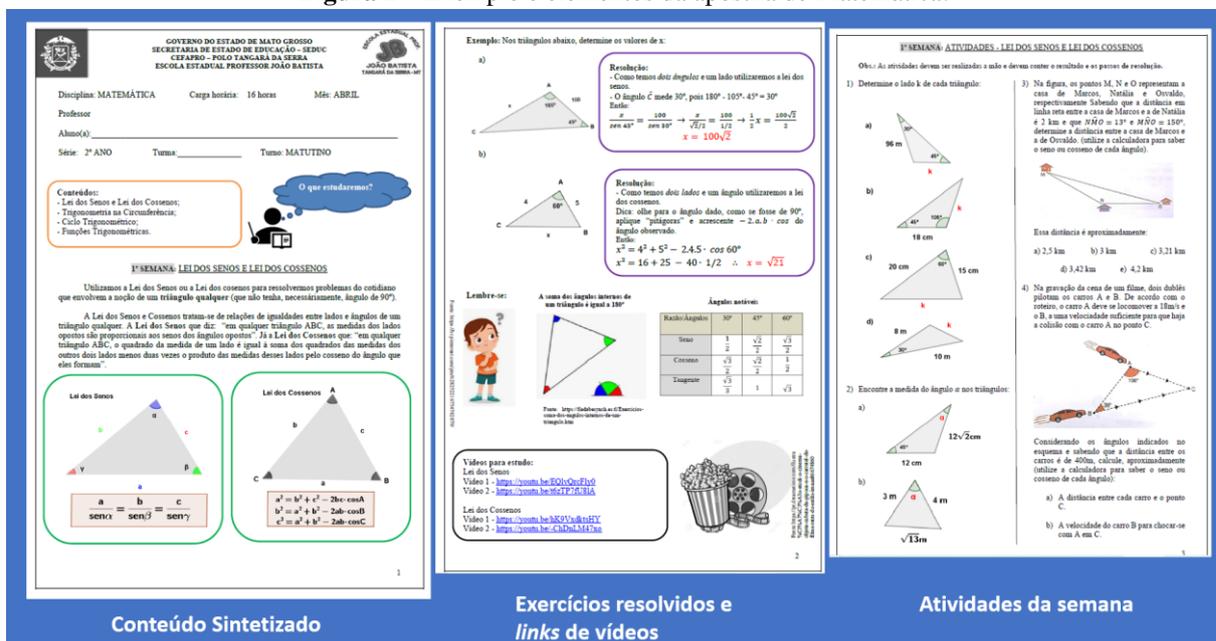
¹ Consideramos a regência como o ato de ministrar aulas para e com alunos.

² As horas-atividade correspondem a um terço da carga horária de trabalho docente e são destinadas a: realização de planejamentos, reuniões, lançamento de diários, elaboração e correções de avaliações, etc.

A obrigatoriedade do cumprimento das horas presenciais só era anulada quando, e se, o professor apresentasse atestado médico comprovando que pertencia a um grupo de risco ou se houve um decreto municipal que proibisse a circulação de pessoas em nível de *lockdown*. Só então, os professores realizavam teletrabalho (trabalho docente realizado em casa).

Uma das atividades que marcaram o trabalho docente, na Escola JB durante a pandemia da COVID-19 foi a elaboração de apostilas didáticas. Elas tinham o objetivo de auxiliar o ensino e as aprendizagens desenvolvidas nesse período e geralmente continham uma síntese dos conteúdos a serem estudados e atividades a serem realizadas pelos alunos como instrumento avaliativo. Nas apostilas de Matemática, apresentávamos o conteúdo resumidamente, algumas atividades resolvidas, indicávamos *links* de vídeos para estudo, determinávamos atividades para serem realizadas pelos alunos durante o mês e o livro didáticos também poderia ser indicado para o estudo. Essas apostilas eram de regularidade mensais e nas de Matemática deviam conter de 8 à 14 páginas. Na Figura 1, apresentamos como eram as apostilas de Matemática.

Figura 1 – Exemplo e elementos da apostila de Matemática.

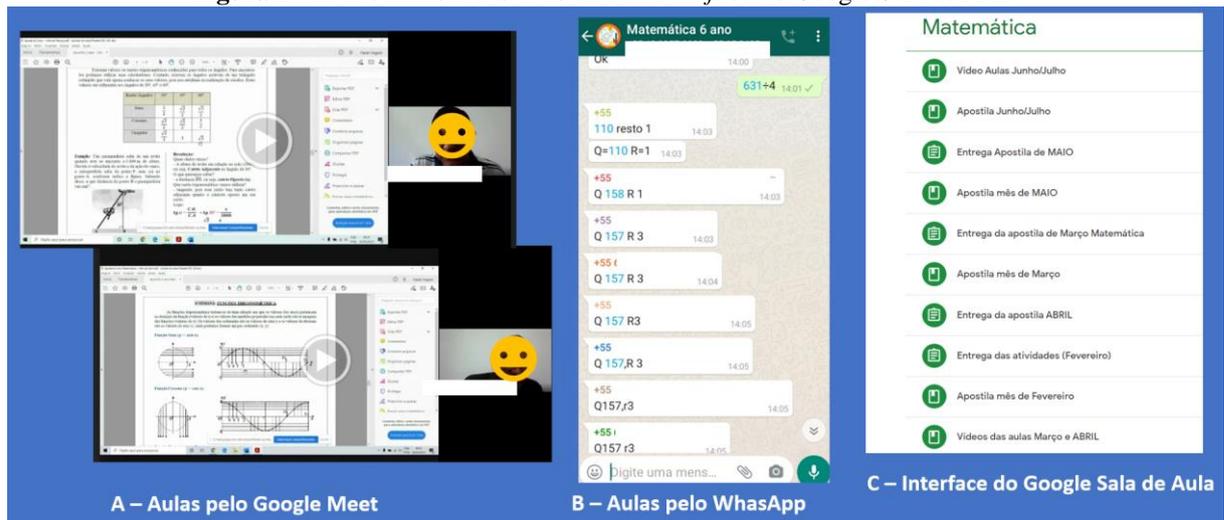


Fonte: Acervo do autor.

No horário de atendimento docente aos alunos, as aulas de Matemática normalmente ocorriam pelo *Meet*, de forma síncrona. O professor geralmente expunha o conteúdo em uma hora-aula, buscando dialogar com os alunos presentes, e a outra uma hora-aula era reservada para sanar dúvidas dos alunos via WhatsApp. Houve dias em que essas aulas ocorreram somente pelo WhatsApp, por opção metodológica do professor ou por problemas de conexão

com a internet. As aulas ministradas pelo *Meet* eram gravadas e disponibilizada no Google Sala de Aula (Google *Classroom*), para que os alunos pudessem acessá-las a qualquer momento. Na Figura 2 destacamos algumas dessas aulas.

Figura 2 – Aulas ministradas à distância e *Interface* do Google Sala de Aula.



Fonte: Acervo do autor.

Na Figura 2 - A, ilustra-se duas videoaulas sobre Trigonometria realizadas pelo Google *Meet*, para os alunos do 2º ano do Ensino Médio. Na Figura 2 - B, uma aula sobre Divisão realizada via WhatsApp, para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental e na Figura 2 - C, as atividades e ícones do Google Sala de Aula, criados para os alunos acessarem as gravações das aulas de forma *online*, realizar *download* das apostilas mensais e enviarem as atividades de forma *online*.

Embora tivéssemos que dedicar tempo para disponibilizar as atividades no Google Sala de Aula, poucos alunos entregavam as atividades por esta plataforma. Os alunos e responsáveis não a conheciam, não entendiam a necessidade ou possibilidade de acessar essa plataforma para estudar, adquirir apostilas ou entregar suas atividades. Eles não estavam habituados com as aulas assíncronas (aulas sem a presença de alunos e professores em tempo real) realizadas por meios digitais. Devido a poucos alunos acessarem ao Google Sala de aula, as entregas e recebimentos das apostilas tinham que ser feitas na escola, e, segundo a gestão escolar, a escola não tinha mão de obra suficiente para realizar essa tarefa sem os professores. Logo, fomos convidados/escalados para a entrega e recebimento desses materiais na escola todos os meses.

Uma proposta interessante realizada pelo governo em relação a merenda escolar foi a entrega de cestas básicas alimentícias aos alunos. Os materiais para as cestas foram comprados,

mas a montagem e entrega de tais cestas demandava novamente, uma mão de obra que segundo a gestão escolar, necessitava dos docentes para ser realizada. Então, juntamente com a equipe de apoio escolar (merendeira, auxiliar de infraestrutura, agente de pátio, limpeza), lá estavam os professores atendendo a comunidade escolar, presencialmente na escola.

Além dessas atividades, não podemos esquecer do trabalho corriqueiro dos docente que foi executado durante a pandemia, ainda que de forma *online*: a regência, as reuniões de pais e mestres e de conselho de classe, as correções das apostilas, os lançamentos de diários, a criação de planejamentos, sem contar nas mensagens e atendimentos aos alunos e pais que ocorriam em diversos horários via WhatsApp. - Embora houvesse um horário *online* para que os alunos tirassem suas dúvidas sobre as atividades das apostilas, constantemente eles nos procuravam em horários diferente do proposto para realizar tal feito, e, para que os alunos não perdessem o foco dos estudos, desanimassem ou parassem de estudar, sempre buscamos respondê-los de forma imediata, mesmo que isso estivesse fora de nosso período de trabalho docente.

Em resumo, praticamos regência de forma *online*, produzimos videoaulas, elaboramos, entregamos, recebemos e corrigimos apostilas didáticas, disponibilizamos recursos didáticos pelo Google Sala de Aula, realizamos orientações e tiramos dúvidas pelo WhatsApp; em horário de aula e fora de horário de aula, realizamos planos de aula, participamos das reuniões pedagógicas, de conselho de classe e com pais e fizemos os lançamentos de diário eletrônico. Em outras palavras, na pandemia não paramos! Ainda que por vezes estivéssemos em nossas casas, estávamos trabalhando não só para cumprir o que nos foi imposto, mas principalmente para não prejudicarmos tanto o aprendizado de nossos alunos e para não difamarmos a nossa profissionalidade ou profissão docente.

5. Atribuições docentes e docência

Ao refletirmos sobre as concepções expostas na introdução deste artigo, podemos inferir que a “preocupação” da sociedade sobre o trabalho docente se relaciona principalmente com o cumprimento do serviço dos professores. Contudo, nesse período pandêmico, as escolas não permaneceram fechadas, as atividades docentes não foram paralisadas e vários professores desempenharam sua função com responsabilidade, profissionalidade e afinco; muitos deles, trabalharam até mais do que sua função exigia.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), os docentes estão incumbidos de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento de ensino;
- III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V. Ministrare os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996, Art. 13, p. 6)

Com base nessa lei, e seguindo os parágrafos dessa lei sobre as atribuições docente, podemos afirmar que o trabalho docente na pandemia foi executado. Participamos das reuniões pedagógicas da escola, elaboramos planejamentos, zelamos pela aprendizagem de nossos alunos, ao elaborarmos as apostilas, ao realizarmos aulas pelo *Meet*, WhatsApp, pesquisar e dar sugestões de vídeos de estudo para os alunos, fazer atendimento pedagógico *online* em tempo de trabalho docente e fora do horário de trabalho. Estabelecemos estratégias de recuperação aos alunos, quando disponibilizarmos as aulas gravadas no Google Sala de Aula, ao permitirmos que eles realizassem e entregassem as atividades das apostilas fora do prazo definido pela escola, ao entrarmos em contato com os pais para identificarmos os motivos pelos quais os alunos não estavam participando das aulas *online* ou o porquê deles não estarem realizando as atividades da apostila. Ministramos os dias letivos segundo as orientações de saúde, e ainda que ocorressem através de atividades à distância, cumprimos os nossos horários de trabalho na escola. Continuamos a planejar as atividades de regência, a corrigir as avaliações, - no caso, as pilhas de apostilas, e continuamos a preencher os diários escolares. Sem dúvida, colaboramos com a sociedade, ao entregarmos as apostilas aos responsáveis e alunos pessoalmente, ao entregarmos os sacolões e mantermos diálogos pedagógicas com eles fora de nosso período de trabalho, sem contar no incentivo aos alunos pelo respeito das normas de saúde estabelecida para conter a disseminação do vírus da COVID-19 e ao incentivar o uso das vacinas.

Vale destacar que a proposta de dar continuidade ao ensino na modalidade à distância, com entrega de apostilas, no modelo de ensino longínquo (Remoto), não foi ideia nossa. Mas, uma imposição do governo, inspirada na ideia do presidente da república de que: o Brasil não pode parar (KORAN; NICODEMOS, 2021). Já sabíamos que essa proposta não seria igualitária e nem acessível, mas estaríamos ferindo o direito à educação, previsto pela LDBN. Tínhamos

convicção de que nas condições psicológicas que os brasileiros se encontravam, com as mortes massivas ocorridas, sobretudo no país, os processos de ensino e aprendizagem não seria uma tarefa fácil. Mas, diante da pressão política, social e das fragilidades que a classe já vinha enfrentando a tempos, decidimos lutar apenas, pela não retomada das aulas presenciais enquanto a imunização com vacinas não fossem administradas nos profissionais da Educação.

Dentre os embates políticos e sociais que a classe enfrenta neste período de pandemia, destacamos o que se presume como trabalho docente. Parece que o cerne da profissão docente consiste em “dar aulas”, ministrar aulas de forma presencial, expositiva, em uma sala de aula com pelo menos 25 alunos enfileirados, em silêncio, atentos a voz do professor, que é o dotado de conhecimentos e tem a capacidade, função, ou formação, para transmitir conhecimentos aos seus alunos. Se Paulo Freire e todos os seus adeptos não tivessem criticado esse modelo de ensino bancário desde a década de 60, talvez coubesse reforçar que esse modelo de ensino bancário não deve caracterizar a profissão, nem o trabalho docente, tão pouco, efetivam aprendizagens. Noutra visão, sua função principal é a de cuidador, um profissional capacitado para cuidar dos filhos daqueles que realmente trabalham no país. O papel social de cuidar das crianças enquanto os pais estão no trabalho, parece ter se potencializado com a pandemia. Contudo, esta atividade, também não deve ser considerada como uma função dos docentes. Segundo Veiga (2012, p. 14), o trabalho docente está associado aos processos de: “ensinar, aprender, pesquisar e avaliar”, “superar dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática etc.”, além disso, considera que este profissional deve ser capaz de “explorar novas alternativas teórico-metodológicas” em busca de desencadear aprendizagens.

Ainda que muitos entendam esses processos de trabalho e atividades docentes como o simples ato de “dar aula”, de acordo com a LDBN, essa tarefa não se resume em ministrar aulas em quatro paredes ou servir de suporte para as famílias e comunidade no sentido de ter um lugar razoavelmente seguro para deixar as crianças enquanto seus responsáveis trabalham. Segundo Veiga (12, p. 13), o trabalho docente, configura-se em “um conjunto de funções que ultrapassam a tarefa de ministrar aulas”. Demo e Silva (2020, p. 670) comentam, que o principal papel dos docentes não é “dar aulas”, mas “é cuidar para que o estudante aprenda; se isto não ocorrer, nada feito, mesmo que todas as aulas tenham sido ministradas”.

Para Cunha (1999),

O professor é hoje, posto em xeque, principalmente por sua condição de fragilidade em trabalhar com os desafios da época. Entre eles, talvez os mais significativos sejam as novas tecnologias de informação, a transferência de funções da família para a escola e a lógica de produtividade e mercado que estão definindo os valores da política e até da cultura ocidental contemporânea. (CUNHA, 1999, p. 127)

A esse respeito, Hypolito (1999, p. 83) relembra que o trabalho de ensinar evidenciado hoje na prática docente, iniciou com o trabalho desenvolvido pela igreja, que nos primórdios do capitalismo teve um papel fundamental como “instituição especializada na tarefa de educar”. Segundo este autor, a igreja era instituição que se encontrava mais adequada para cumprir a tarefa de cuidar e ensinar os filhos dos trabalhadores. “As escolas funcionavam especialmente nas igrejas e conventos, e o ensino era ministrado pelo clero” (HYPOLITO, 1999, p. 83). Contudo, a escola de hoje não pode mais ser vista ou entendida como um local, razoavelmente seguro, para se alocar (ou depositar) crianças e adolescentes, ou ainda, se ensinar apenas o ler e escrever. A escola deve ser um local de construção, desconstrução, articulação e crítica dos saberes populares, culturais e científicos. Deve ser um espaço de aprendizagem que não se reduz as quatro paredes das salas de aulas, mas que transcende os espaços físicos (KANSKI, 2012).

O trabalho docente não pode mais ser visto como aquele em que os professores utilizam a lousa, o giz e livro didático como únicos instrumentos para desenvolver o ensino, estamos em um mundo repleto de tecnologias digitais, e estas, podem auxiliar no desenvolvimento do ensino e das aprendizagens dos alunos. Segundo Kanski (2012, p. 47), as tecnologias digitais “já não se trata apenas de um novo recurso a ser incorporado à sala de aula, mas de uma verdadeira transformação, que transcende até os espaços físicos em que se ocorre a educação”.

É provável, que existam vários docentes que não lidam, ou não lidaram adequadamente com as tecnologias digitais no ensino longínquo (Ensino Remoto) devido à falta de formação, acesso ou capacidades escolares e pessoais a tais recursos. Mesmo assim, visto que seus usos foram uma imposição por trás da pandemia da COVID -19, os professores fizeram uso de tais recursos e não pararam de lecionar ou de exercer o seu trabalho.

6. Considerações Finais

O artigo buscou relatar algumas experiências de trabalho docente de um professor de Matemática, realizadas durante a pandemia da COVID -19, como forma de exemplificar que o trabalho docente durante a pandemia, no Estado de Mato Grosso, não parou. Pelo contrário, constituiu-se de intensas atividades docentes, no período, e fora do período de trabalho docente.

A escola não permaneceu fechada em todo o período de pandemia, nem os professores interromperam as atividades de docência. A escola estava aberta a comunidade e os professores estavam executando sua função presencialmente na escola.

O trabalho docente não se resumiu a ficar em casa sem realizar atividade laboral, mas em trabalhar na escola e em casa para dar conta de atender as demandas de ensino que este período exigiu. Não paramos de trabalhar! Enfrentamos o desafio de trabalhar no ensino longínquo (Ensino Remoto) ainda que não estivéssemos preparados para isso, menos ainda, os alunos, os responsáveis e a sociedade brasileira.

Outra discussão levantada no artigo foi que o trabalho docente não se resume em “dar aulas”, principalmente, em um ambiente fechado por quatro paredes. Sempre considerei o ato de “dar aulas” (ministrar aulas ou realizar regência pedagógica) a melhor parte da profissão docente, pois nesse momento, grande parte do trabalho docente já foi executado; o planejado, a reflexão sobre o currículo, sobre a situação econômico e social dos alunos já foram pensadas, as atividades da aula foram escolhidas, o tempo de execução da prática, o desenvolvimento de cada ação e avaliação esquematizados, e o que resta, é executar o que de antemão foi pensado, criado e idealizado.

A questão ressaltada na pandemia sobre a profissão docente foi que a sociedade gostaria que os professores e alunos retornassem para as salas de aula e não simplesmente que os alunos tivessem aula. Quando o professor não realiza esta atividade em quatro paredes presume-se que os professores não estão realizando trabalho. Contudo, na pandemia, o trabalho de regência foi executado e as aulas foram ministradas, o problema que se perduram nesse contexto, não esteve necessariamente associado a falta de atividade laboral do professor, mas nas situações culturais e socioeconômicas da comunidade escolar de acessar e ter acesso as tecnologias digitais que permitissem os alunos estudar e aprender através do ensino que se fazia.

Diante do exposto, ressaltamos que os espaços físicos e o ensino *online* precisam ser repensados enquanto atividades docentes, pois o trabalho docente não se resume nem se limita a ministrar aulas, em sala de aula. As horas de atividade *online* precisam ser consideradas como horas de trabalho docente e visto que nem todos os professores da rede pública de Educação do Estado foram vacinados, penso que este momento, as aulas presenciais não devem retornar. Este tempo deve ser de luta para que todos sejam imunizados. Contudo, o que proponho com este artigo é alinharmos o discurso docente de que: na pandemia, não paramos de trabalhar!

Referências

- ANDRADE, S. R. et. al. O estudo de caso como método de pesquisa em enfermagem: uma revisão integrativa. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 26, n. 4, p. 1-12, 2017.
- ANJOS, L. dos. **Seduc confirma retorno de aula presencial em MT em 3 de agosto**. Mídia News. Cuiabá, 2021. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/seduc-confirma-retorno-de-aula-presencial-em-mt-em-3-de-agosto/403014> Acesso em jul. de 2021.
- AQUINO, E. M. L. et. al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25 n. 1, p.2423-2446, 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Ministério da Educação. Brasília, 1996.
- CHUNHA, M. I. da. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. IN: VEIGA, I. P. A.; CUNHA, M. I. da (org.). **Desmistificando a Profissionalização do Magistério**. Papirus. Campinas, 1999.
- COSTA, M. R. M.; SOUZA, J. C. Educação a Distância e Educação Aberta do Brasil: reflexões e possibilidades para o futuro, pós pandemia. **Thema**, Pelotas, v. 18, especial, p. 124-135, 2020.
- DEMO, P. SILVA, R. A. Vieses manhosos de uma academia que acha não os ter. **Revista Educar Mais**. Pelotas, v.4, n.3, p. 659-685, 2020.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HYPOLITO, Á. M. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? 1999 IN: VEIGA, I. P. A.; CUNHA, M. I. da (org.). **Desmistificando a Profissionalização do Magistério**. Papirus. Campinas, 1999.
- KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8º ed. Campinas: Papirus, 2012.
- KOHAN, W. O.; NICODEMOS, M. Escola, cárcere e pandemia: o que pode uma educação filosófica? **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, v. 15, p. 1-15, 2021.
- LIMA, R. C.; SILVA, V. R. da. Influência das mídias sociais na percepção de alunos do Ensino Médio da Região Tocantina do Maranhão sobre a Pandemia COVID-19. **Experiências em Ensino de Ciências**. Rio Grande do Sul, v. 15, n. 3, 2020.
- MATO GROSSO, 2020. **Seduc vai ofertar ensino da distância para alunos durante suspensão das aulas. Secretaria de Estado de Educação**. Mato Grosso: 2020.
- MIARKA, R.; MALTEMPI, M. V. O que será da Educação Matemática depois do Coronavírus? **Bolema**. Rio Claro, v. 34, n. 67, p. ii-iv, 2020.
- SOARES, L. de V.; COLARES, M. L. I. S. Educação e Tecnologias em Tempo de Pandemia no Brasil. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 1-23, 2020.
- VEIGA, I. P. A. Docência como Atividade Profissional. IN: VEIGA, I. P. A.; d'ÁVILA, C. M. (org.). **Profissão docente: Novos sentidos, novas perspectivas**. Papirus. Campinas, 2012.